



apresentação

A temática do dossiê foi proposta poucos meses antes de que a Organização Mundial da Saúde declarasse que o novo coronavírus havia provocado uma crise sanitária global, a pandemia da covid-19, longe, até o presente momento, de chegar ao fim. O mesmo sistema-mundo que promove as trocas, os intercâmbios, as transformações em ritmo vertiginoso, e as traduções, é o mesmo que facilitou a migração do Sars-Cov-2 para todos os continentes, causando um sem-número de vítimas fatais e provocando uma situação antes nunca vista, aquela do distanciamento social.

Nos primeiros meses de pandemia, exigiu-se uma mudança drástica do nosso modo de viver globalizado e capitalista. Ao compartilhamento de tempo e espaço com o outro, por trabalho ou lazer, substituiu-se um modo de relacionamento remoto, uma espécie de existência virtual que passou a ocupar grande parte de nosso ser/estar real no mundo. Com as restrições mais ou menos rígidas, mais ou menos vigiadas, segundo as medidas adotadas pelos vários países, uma nova relação espaço-tempo se instituiu, levando-nos até a pensar na possibilidade de mudanças duradouras dos hábitos ocidentais, como redução de consumo, menos produção industrial, menos poluição, entre outras. O medo da morte iminente e em massa, da precariedade como corolário do desemprego, inspirou leituras do nosso presente e futuro

imediatos ligadas a um imaginário utópico idealizado, de perfeito equilíbrio entre pessoas e natureza, na esperança de uma globalização dos princípios éticos de distribuição de renda, quem sabe banindo para sempre a busca pelo lucro e o acúmulo incessante de bens.

Hoje, quase um ano depois, no entanto, temos a percepção de que o pior da globalização teve mais uma chance de crescer quando tudo, ou quase, teve de parar. O mercado financeiro reagiu com eficiência para convencer a todos de que, a fim de resolver rapidamente quaisquer problemas, em especial aqueles relacionados à pandemia da covid-19, precisávamos pensar o contrário do que pensávamos nos primeiros apavorantes, mas “idílicos”, meses: superar os obstáculos éticos e morais para sair da crise e combater o vírus.

Cabe dizer que, resistentes a isso, entendemos que a proposta deste dossiê de discutir a ética na tradução literária e, a partir de uma perspectiva mais ampla, na pesquisa, faz-se ainda mais válida. Entre os artigos aqui reunidos, apenas um aborda o contexto pandêmico, enquanto outros três fazem referência a ele; todos os onze, porém, promovem trânsitos que atravessam as molduras das obras analisadas para tecer suas reflexões. Afinal, como vimos constatando nas últimas décadas, falar de ética tradutória significa falar de escolhas, negociação, lealdades, solidariedades, responsabilidade e política, e é, de fato, por esses campos que os artigos caminham.

Não podemos esquecer que se os valores éticos são dinâmicos e móveis é porque são comprometidos com a vida social em suas muitas instâncias, quer coloquemos a ênfase no “social” ou na “vida”. Assim, permitimo-nos levantar a hipótese de que nunca como agora refletir política e eticamente sobre a prática tradutória, sobre os Estudos da Tradução, bem como sobre a tradução que o Ocidente fez de si mesmo, do mundo, e do Outro – inquietação crítica de várias das autoras e autores –, tornou-se indispensável. Vejamos a seguir a relevância das contribuições.

No artigo que abre o dossiê, “Tradução como método de ‘Disothering’: para além do colonial e do especismo”, Márcio Seligmann-Silva associa a questão da ética a um debate contemporâneo bastante expressivo quando se propõe a pensar a tradução à luz do pensamento pós e decolonial. O Outro – ser reduzido e expropriado do seu eu, a quem não é permitido ser sujeito, tanto pela economia política quanto pela tradição do pensamento do Ocidente – é o foco do método, concebido

pelo curador de arte camaronense Bonaventure Soh Bejeng Ndikung, reproposto aqui como tarefa. Para Seligmann-Silva, a tradução crítica a encampar tal “gesto de desoutrização” vai além da mera “abertura do eu à inseminação do outro” e supera binarismos epistemológicos, “revela a construção do imaginário neocolonial” e, assim, diante da onda supremacista e do avanço neoliberal, ainda mais ostensivo na pandemia, toma parte no jogo político.

O ensaio de Alice Maria Araújo Ferreira, “Traduzir-se po-eticamente”, carrega a mesma ânsia por um novo paradigma ético que se manifesta nas palavras de Seligmann-Silva. A autora faz uma competente incursão crítica pela “tradição discursiva sobre a ética” no campo dos Estudos da Tradução, que tem em seu cerne a figura de Antoine Berman e sua prova do estrangeiro. A essa, Araújo Ferreira contrapõe a prova do e/i-migrante, sujeito contemporâneo do trânsito por excelência, que embaralhou fronteiras, chegadas e partidas, além de ter confundido línguas e culturas, no exercício de “traduzir-se” no/pelo outro – em todos os movimentos que isso comporta, até mesmo no voltar a si. Pautada pela pergunta “que tipo de distinção/diferença de comportamento ético construímos entre *traduzir* e *traduzir-se*, entre tradução e versão, nas coordenadas histórico-geopolíticas atuais?”, a autora afirma pretender apenas provocar a discussão.

Uma provocação, como veremos, que Heloisa Helena Siqueira Correia e Hélio Rodrigues da Rocha parecem acolher. Em “Práticas tradutórias nos planos histórico, textual e estético: implicações políticas e éticas”, os autores partem do contato entre as populações indígenas, colonizadores, religiosos e viajantes, no século XVI, para refletir sobre a tradução e a escrita etnográficas até os dias hoje. Em que consistiria o papel dos tradutores ocidentais/brancos que se colocam como intermediários de um Outro tão distante? Mesmo os etnógrafos e aqueles comprometidos com a escuta incorrem em armadilhas da própria cultura que comprometem suas escolhas linguísticas e postura crítica. Os indígenas, por sua vez, também se tornam tradutores e intérpretes de seus povos e propõem, ou reivindicam e reclamam, novos sentidos e textos. É dessa negociação ou luta que trata este trabalho.

No artigo “Glossário em traduções literárias: Jorge Amado em italiano”, o Outro é o Brasil representado nas edições italianas de Jorge Amado. Andréia Guerini e Elena Manzato se debruçam

sobre os glossários, que, apesar de serem instrumentos importantes para o leitor, têm sido negligenciados nos Estudos da Tradução. Tais espaços paratextuais funcionam como espaços éticos de negociação de significados e de diálogo entre as culturas e os textos de chegada e de partida, embora – as autoras alertam – possam também favorecer a cristalização de estereótipos e representações etnocêntricas, como demonstram em seu estudo de caso.

Já que a mulher é o Outro absoluto, segundo Simone de Beauvoir, “Gênero, feminismo e tradução: *As máscaras do destino* de Florbela Espanca” vem participar da discussão ética travada pelos primeiros textos do volume a partir de uma perspectiva feminista. Jessica Falconi percorre os caminhos teóricos que levam aos pontos de encontro entre os Estudos da Tradução e o feminismo com o intuito de localizar o próprio trabalho de tradutora dos contos de Espanca para o italiano. Paralelamente, como podemos ler em seu artigo, a crítica feminista também oferece subsídios à autora para propor estratégias à sua prática e para analisar os estudos sobre a poeta portuguesa, reconhecida ao redor do mundo, mas, geralmente, mitificada no que se concebe como feminilidade e transformada num personagem, em detrimento da identidade como escritora.

O artigo seguinte traz como tema a tradução de uma peça teatral mexicana do século XVII, intitulada *Amor es más labirinto*, escrita por Sor Juana Inés de la Cruz e Juan de Guevara, que reproduz elementos estéticos muito utilizados por escritores do Século de Ouro, entre os quais a antítese. O texto de Andrea Cesco e Mara Gonzalez Bezerra tem como objetivo analisar justamente as antíteses e mostrar como foram por elas traduzidas, à luz de teóricos como Berman e Venuti. Este trabalho, além da proposta reflexiva sobre o fazer tradutório a partir de uma pesquisa histórico-literária e crítica aprofundada, nos proporciona a possibilidade de conhecer uma peça divertida e rica de jogos de palavras, que, ao mesmo tempo, “revela nas entrelinhas as condições sociais da época, muitas delas ainda vivenciadas hoje, no século XXI”.

Patricia Peterle, em “Contatos necessários: uma reflexão sobre a tradução de ‘A toalha’ de Giovanni Pascoli”, apresenta a tradução de um poema do início do século XX, que recupera uma crença popular sobre a relação com os mortos, típica da região do poeta italiano. Perguntando-se “qual é a importância de um determinado texto traduzido num determinado momento” e considerando o papel de mediação cultural que

é exercido pelo tradutor, a autora examina a questão ética através de uma articulação inusitada, mas perspicazmente tecida, entre sua escolha do poema de Pascoli e o tempo presente, marcado pela pandemia.

Karine Simoni também reflete sobre escolhas que atravessam as margens dos textos e nos remete a 2020 no artigo “*Digno da ciência e consideravelmente útil: pensar a ética na tradução de De contagione [Sobre o contágio] (1546), de Girolamo Fracastoro, ao português brasileiro*”. A autora aponta a analogia entre o trabalho do tradutor e o trabalho do historiador, ao misturarem pesquisa e criatividade, ao combinarem “arquivos, dicionários, clássicos conhecidos e livros raros”, na aproximação entre o passado e o presente. Certamente o intelectual poliédrico Fracastoro, tido como um dos primeiros a defender a ideia do contágio pela respiração e pelo contato, adquire um novo interesse para nós em tempos de coronavírus.

A autora do artigo “Um trabalho especial de tradução: o texto de Freud”, Ana Maria Portugal Saliba, que também é psicanalista, apresenta seus motivos para, com frequência, consultar as obras de Freud em alemão: por um lado, seu desejo de buscar os conceitos na língua em que foram construídos, por outro, a excessiva preocupação das traduções “com o bom estilo e a acessibilidade e a compreensão dos leitores”. Segundo Saliba, os textos traduzidos tendem a atenuar dificuldades, mas são incapazes de “trazer o sentido da descoberta e da construção do conceito”, o que a tem levado a se empenhar em traduções próprias ao longo dos anos de trabalho como formadora. Neste artigo, a autora explicita a “ética da psicanálise” que se encontra na base de sua experiência de tradutora/psicanalista: analisa o uso do termo “tradução” por Freud e, posteriormente, o amplia para dar conta das exigências desse texto peculiar, escrito sobre “descontinuidades e imprecisões” que são testadas na prática clínica.

Cynthia Beatrice Costa e Igor Lourenço da Silva, em “On the Translation of Literature as a Human Activity par Excellence: Ethical Implications for Literary Machine Translation”, examinam minuciosamente as inúmeras questões implicadas na ideia de que a tradução automática de textos literários é uma evolução natural e obrigatória da tradução automática – realidade hoje incontornável diante da pressão do mercado editorial. Defendendo a tradução literária como uma tarefa artística de recriação, que diz respeito a habilidades

inerentemente humanas, como criatividade, crítica e consciência, os autores se perguntam se o computador poderia, e por quê/para quê deveria, assumir tal tarefa.

Fechando o dossiê, Álvaro Faleiros apresenta “*A Jovem Parca*, de Paul Valéry – um convite à leitura”, já traduzido por Augusto de Campos em 1987. Nessa experiência tradutória transcorrida nos primeiros anos da redemocratização brasileira, Faleiros evidencia o foco na linhagem Mallarmé-Valéry, apoiado sobre uma “ética de recusas”, que Augusto de Campos elege para “fazer pensar”. Já em sua retradução de 2020, aos versos alexandrinos, o autor prefere uma prosa poética solene, com notas de luto, que julga mais adequada para estimular a reflexão nos dias de hoje.

Ana Maria Chiarini (UFMG)

Anna Palma (UFMG)

Germana Henriques Pereira de Sousa (UnB)

Ética na Tradução Literária



